

## Bolsonarismo pretende colocar barreiras na atuação do Judiciário

Os planos do presidente Jair Bolsonaro (PL) e de seus aliados para uma possível reeleição envolvem um esvaziamento do Poder Judiciário. O bolsonarismo já vem separando propostas para aumentar o número de ministros do Supremo Tribunal Federal indicados pelo atual chefe do Executivo e para extinguir o Tribunal Superior Eleitoral.

Marcos Corrêa/PR



Agenda bolsonarista envolve aumento de ministros indicados no STF e fim do TSE<sup>Marcos Corrêa/PR</sup>

Os projetos devem ser debatidos pelo presidente da República após as eleições. A gestão de Bolsonaro foi marcada por críticas e atritos com o Judiciário, especialmente com o ministro Alexandre de Moraes.

### Supremo mais aparelhado

Neste domingo (9/10), o presidente voltou a dizer que vai avaliar o aumento da composição do STF. Segundo ele, a sugestão pode ser descartada caso seja reeleito e a corte "baixar um pouco a temperatura".

Bolsonaro já havia dito, na última sexta-feira (7/10), que chegou até ele uma proposta que prevê mais cinco magistrados no STF. Com isso, o número iria de 11 para 16 integrantes.

Dois ministros da composição atual foram indicados por Bolsonaro: Kássio Nunes Marques e André Mendonça. Em caso de reeleição, o presidente já poderá indicar mais dois juristas para os lugares de Rosa Weber e Ricardo Lewandowski, que completarão 75 anos e terão de se aposentar.

Assim, caso conseguisse aprovar a proposta para mais cinco membros, Bolsonaro poderia ter até nove ministros indicados por ele no Supremo.

O presidente ressaltou que precisaria dialogar com o Congresso sobre a tramitação de uma proposta

nesse sentido. Nas eleições do último dia 2/10, ambas as casas legislativas federais apresentaram uma [consolidação do bolsonarismo](#), que elegeu as maiores bancadas.

Mesmo assim, Bolsonaro também afirmou que não quer "afrontar ninguém nem apresentar uma proposta que vai deixar chateado outro Poder", e que pretende ter "uma boa conversa" com Rosa Weber, presidente do STF, para pacificar a questão.

### **Eleições em risco**

Já no último ano, dois deputados federais aliados do presidente informaram que formulariam uma proposta de emenda constitucional (PEC) pelo fim do TSE e da Justiça Eleitoral.

Tais planos foram anunciados pelos parlamentares Filipe Barros (PL-PR) e Bia Kicis (PL-DF) — respectivamente relator e autora da PEC que tentou reinstaurar o voto impresso. Eles costumemente reproduzem as críticas de Bolsonaro ao processo eleitoral e ao Judiciário. Ambos os deputados foram reeleitos neste ano.

Na ocasião, Barros disse que a Justiça Eleitoral é "um Frankenstein jurídico que só existe no Brasil" e defendeu a transferência das atribuições para a Justiça Federal.

Já Kicis alegou que o TSE concentra poderes, pois "legisla, executa o serviço, fiscaliza e julga". Na realidade, a corte não tem poder de legislar, mas edita resoluções normativas que regulam as eleições.

### **Date Created**

10/10/2022